mente essa disciplina, a qual motiva e embasa o debate para contextualizar a temática que será abordada em aula.
O aspecto discursivo baktiniano revela o que o texto é enquanto produto de informação, o qual não deve estar limitado a uma interpretação sem contexto social, político e filosófico. Por outro lado, Peixoto contribui discorrendo sobre o pensamento adorniano da importância musical em sala de aula para desenvolvimento do ensino e aprendizagem crítico no letramento científico.
Por fim, considerando que a música é plural semanticamente, o rock brasileiro, em especial, continua vivo e atual para serem explorados em múltiplos contextos na escola. Aqui é apenas uma motivação para que docentes busquem algo mais e vão além das ideias que esse artigo esboça à prática lúdica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. O Problema do Texto. In: Estética da Criação Verbal. SP: Martins Fontes, 1992. p. 41, 71 e 180;
Biografia de Raul Seixas.
Disponível em: https://whiplash.net/materias/biografias/287367-raulseixas.html Acesso em: 27/08/2020 às 23h;
OLIVEIRA, Amanda Muniz. Representações no Rock de Raul Seixas. Dissertação de Pós Graduação. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167804/340436.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Acesso em: 02/09/2020 às 14h;
PEIXOTO, Enock da Silva. Theodor Adorno: sobre a influência da música na formação humana. Revista Educação Pública, 2018. ISS 1984-6290.
Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/theodor-adorno- sobre-a--influncia-da-msica-na-formao-humana
Acesso em: 07/09/2020 às 23h;
SEIXAS, Raul. “Peixuxa”. In: Raul Seixas: Novo Aeon. Faixa Nove. Rio de Janeiro: Philips Records, 1975;
SEIXAS, Raul. “Todo Mundo Explica”. In: Raul Seixas: Mata Virgem. Faixa Dez. São Paulo: Warner Music Brasil, 1978.

A ESCOLA TRANSFORMA OU REPRODUZ A SOCIEDADE? REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

FABIANA DE LOURDES SCARPIM BURITI VITAL

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca da pobreza e a desigualdade social e das possibilidades de se fazer educação para o combate, enfrentamento e erradicação dessas mazelas sociais, compreendendo-a como instrumento de transformação social. Para tanto, delimitamos refletir na primeira parte deste trabalho, a questão histórica, social e política da Pobreza, e de como as concepções acerca desta questão estão constituídas na sociedade, são reproduzidas nas instituições e favorecem discursos morais equivocados. Após essa primeira explanação, propomos uma reflexão sobre o impacto que a pobreza acarreta vida escolar dos educandos, as questões de território e vulnerabilidade que estão diretamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, impactando, e, geralmente limitando, definindo a trajetória escolar dos educandos.

Palavras-chave: Escola; Pobreza; Desigualdade Social

Introdução
Pensar em Educação, diante de uma sociedade com questões tão complexas e urgentes como a pobreza e a desigualdade é pensar acerca das possibilidades de se fazer educação para o combate, enfrentamento e erradicação dessas mazelas sociais, compreendendo-a como instrumento de transformação social. Já dizia Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.
É claro que, não cabe apenas à escola a responsabilidade de construir uma sociedade igualitária. Contudo, se ela realizar de modo competente a parte que lhe cabe, reconhecendo a pobreza como questão histórica e social, transmitindo uma educação qualitativa fundamentada na emancipação dos sujeitos e na constituição do pensamento crítico, sem dúvida seus efeitos irão de encontro com a necessidade de construção desse projeto de sociedade.
É certo também, que nem todas as práticas educativas estão a serviço de minimizar as desigualdades e injustiças sociais. Como aparelho ideológico do estado, a escola pode servir aos interesses de uma classe apenas e garantir a manutenção da estrutura social, rígida e desigual. Tudo atravessado pelas políticas públicas, pelos projetos de poder, pelas agendas governamentais que determinam os conhecimentos, a produção científica, a cultura, a arte, o que, e a quem será negado, o que será

privilegiado e o que será invisibilizado nos currículos. Diante disso, optamos por refletir neste trabalho acerca deste papel da escola diante de uma sociedade tão complexa como a nossa e buscar alternativas para romper com os paradigmas que a anulam, que a engessam, que não permitem a transposição dos seus muros para a comunidade. Para tanto, discutiremos no primeiro capítulo deste trabalho a questão histórica, social e política da Pobreza, e de como as concepções acerca desta questão estão constituídas na sociedade, são reproduzidas nas instituições e favorecem discursos morais equivocados. Num segundo momento, propomos refletir sobre o impacto que a pobreza acarreta vida escolar dos educandos, as questões de território e vulnerabilidade que estão diretamente ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, impactando, e, geralmente limitando, definindo a trajetória escolar dos educandos.

1. Reflexões sobre Pobreza e Cidadania

A pobreza é uma condição, uma situação social, na qual se encontram milhares de brasileiros e brasileiras, não por escolha, não por opção, não por lhe faltarem valores morais ou o caráter necessário para estar numa outra realidade, mas por imposição de um processo histórico excludente que constituiu a sociedade brasileira, caracterizado pela exploração de mão de obra, negra, pobre, pelo genocídio indígena, pelo legado da escravidão e pela sujeição ao sistema de produção capitalista.

O que caracteriza essa condição de pobreza, seria, portanto, o não acesso às condições mínimas para efetivar a cidadania, entre estas, condições de trabalho, alimentação, saúde, educação, habitação e saneamento básico. Porém, além do conjunto de causas e dos direitos negados, marcando as pessoas do ponto de vista da materialidade, é importante reconhecer também as marcas na constituição da identidade dos sujeitos, na sua interioridade, afetando sua autonomia moral e a visão de si mesmos, como uma desumanização imposta.

A esse respeito, Paulo Freire aponta que, "A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que tem sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como „seres para si", não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma
„ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos". (FREIRE, 1987, p. 16)

Esses corpos precarizados e essas vidas precárias (BUTLER, 2006) provocam indagações capazes de desestruturar as teorias pedagógicas e a nossa ética profissional. Não dar a devida centralidade à pobreza, como elemento capaz de comprometer as bases materiais do viver humano, tem levado o pensamento social e pedagógico a desconsiderar, em grande medida, as carências materiais que chegam às escolas e a se preocupar prioritariamente com as consequências morais e intelectuais da pobreza.

É nesse contexto que surgem os estigmas, os estereótipos, que vão sendo reproduzidos, criando imagens da pobreza distorcidas e equivocadas, fabricando discursos que produzem mais desigualdade. Um exemplo disso é o discurso da meritocracia e a falsa ideia do esforço individual, que ganharam mais força nos últimos anos graças à ideia liberal do Empreendedorismo. Nesse discurso qualquer pessoa independente da sua condição, se esforçar- se o suficiente, poderá ascender socialmente. É importante lembrar, que, num país com altos índices de desigualdade, não há como conceber a Meritocracia, já que as oportunidades não são iguais para todos. E conceber o esforço individual como condição para alcançar a transformação social é no mínimo incoerente. A divergência de oportunidades justifica portanto, a implementação de políticas compensatórias para a pobreza, como programas sociais de distribuição de renda (Bolsa Família) como também as cotas em Universidades.

A caracterização dos(as) pobres como inferiores em moralidade, cultura e civilização tem sido uma justificativa histórica para hierarquizar etnias, raças, locais de origem e, desse modo, alocá-los(as) nas posições mais baixas da ordem social, econômica, política e cultural (ARROYO, 2013). A pobreza, portanto, leva à falta de instrução e a falta de instrução reitera a pobreza iniciando-se um ciclo que nunca se encerra. É aqui que compreendemos que o discurso do provérbio chinês "É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe..." não se aplica aos pobres, porque, para se pescar é preciso conhecimento sobre pesca, sobre o ciclo de reprodução dos peixes, enfim, necessita de instrução, e isso a pobreza já negou. A ideia liberal da auto regulação do mercado como meio para gerar oportunidades iguais para todos cai por terra, isso porque nesse mercado, as pessoas sem instrução não se encaixariam.

Reconhecer o caráter histórico social da pobreza é tão urgente e fundamental quanto buscar os meios para combatê-la. Isso porque, quando se compreende com profundidade, o conjunto de suas causas e as consequências para a vida humana, pode-se desconstruir os discursos que a alimentam, ou que impedem a implementação de políticas públicas de distribuição de renda e programas sociais como o Bolsa Família por exemplo, e que, minimamente dão condições de dignidade e sobrevivência para os mais vulneráveis.

2. Os impactos da pobreza na escola

Não resta dúvida que, no contexto atual da sociedade brasileira as questões socioeconômicas influenciam fortemente as trajetórias escolares dos educandos, como

discutem Kaztman (2001), Batista e Ribeiro (2004), Sant„Anna (2009) e Érnica e Batista (2012). Para esses autores, a localização da moradia do indivíduo pode criar obstáculos ao desenvolvimento educacional e à participação social.

É inegável a existência de escolas para ricos e para pobres, e, podemos justificar essa existência pela questão do território, uma vez que a escola é constituída pelo seu entorno, aos bens sociais que estão no seu entorno. Há escolas localizadas nos extremos de pobreza, há escolas localizadas em bairros mais estruturados, centrais, o entorno já diz muito sobre o público para o qual esta escola serve, e aqui nos referimos a escola pública, já que a escola da iniciativa privada é para alunos com melhores condições financeiras. A diferença impacta diretamente na qualidade do ensino que é ofertado, nos conteúdos, nos projetos, nos incentivos, bem como nos próprios recursos disponibilizados pelo estado.

É nessa perspectiva que surge o termo Efeito de Território, também dito efeito de lugar, de segregação ou efeito de vizinhança, guardadas as diferenças de designação e de abordagens do fenômeno, segundo Érnica e Batista (2012), diz respeito ao impacto do local de moradia e dos condicionantes sociais dessas localidades, que afetam os moradores quanto à sua capacidade de integrar-se socialmente por meio do trabalho e de processos educativos e à possibilidade de mobilidade social. Em um local com precariedades sobrepõem-se condições pouco favoráveis aos habitantes com baixa renda, sem a forte presença do Estado no sentido de regulação e de amenização de tais desigualdades. (FONSECA, 2016, p.75)

Segundo Kaztman (2001), os centros urbanos desenvolveram-se de modo a isolar certos segmentos da população, criando agrupamentos homogêneos do ponto de vista da condição de classe. Quanto mais distante dos centros urbanos metropolitanos se encontra o bairro, mais frágeis são as estruturas de oportunidades e possibilidades de mobilidade social, de acessar serviços públicos e exigi-los. As desigualdades sociais estão sobrepostas, gerando inúmeras dificuldades e obstáculos aos que ali vivem, em dimensões como a laboral, educacional e sociocultural, afetando a dignidade, a constituição da cidadania ativa de cada sujeito e a sua integração na sociedade (KAZTMAN, 2001; SANT„ANNA, 2009; ÉRNICA; BATISTA, 2012).

Os impactos da pobreza na escola são muitos, afeta estruturalmente e afeta a questão social da escola. A escola acaba sendo o lugar onde aquele aluno encontra lazer, encontra acesso à saúde, acesso à educação, muitas vezes acolhimento emocional, porém tudo isso é feito de forma precária, porque temos uma única instituição atendendo a várias demandas. Quando a escola acaba se tornando objeto de uso das Unidades Básica de Saúde, por exemplo, pra que o aluno tenha atendimento dentário, que embora ele exista muitas vezes é feito de forma precária.

É nesse sentido que o efeito território e as vulnerabilidades que constituem determinadas regiões trazem implicações para a qualidade da oferta educacional. Fatores externos tendem a constituir o cotidiano escolar, intervindo nas relações sociais entre representantes da escola, comunidade e dinâmicas internas dessas instituições. (FONSECA, 2016, p. 76)

Quanto ao sucesso escolar, entendemos portanto, que não é determinante do estudante, não é como se fosse um estado motivacional, são vários fatores que impactam no sucesso do educando, a ação do professor por exemplo, a vulnerabilidade do local, uma criança que não se alimenta, criada num lar sem estrutura adequada, colocada numa condição de vulnerabilidade, na questão alimentar, emocional, social, na questão do brincar. Não adianta apenas se ofertar vagas, as escolas da periferia deveriam ter mais bens sociais, mais possibilidades de acesso, mais projetos, mais oportunidades pedagógicas, mais acesso à cultura, mais acesso a teatro, isso também é fator que impacta o sucesso escolar dos educandos. Nota-se, com maior acuidade, como o menor desempenho educacional não deriva apenas da baixa renda familiar e do menor nível educacional dos pais, mas da sobreposição destes fatores, a outras dimensões ligadas à infra-estrutura pública dos domicílios. (PEROSA; LEBARON; LEITE, 2015, p. 114)

A respeito do potencial da escola em ajudar ou reproduzir as mazelas sociais discutimos, sobre como ela pode colaborar com amenização dos efeitos da pobreza e do território, está correlacionado à ação pedagógica, à concepção de infância dos professores, à concepção que a escola traz no seu PPP, não só no que está escrito mas naquilo que ela atua na prática, como seus docentes atuam, como seus funcionários atuam, enfim, da atuação da escola dentro daquele território e se ela é entendida como instrumento de transformação ou reprodução da sociedade.

Essa expectativa em relação ao que a escola pode e deve fazer é ainda mais forte nas camadas sociais mais pobres. Para o povo, a escola é praticamente o único meio de ascensão social, de subida na vida. O sucesso nos estudos seria a grande oportunidade oferecida a todos para compensar as desigualdades de dinheiro, de importância e de posição social. (CECCON, C. & OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2010. pg. 18)

Como afirma Dubet (2003, p. 35), a oferta escolar não é homogênea e nem produz sempre o mesmo desempenho; não tem sempre a mesma eficácia. O efeito de território tem sido um dos fatores que explicam as desigualdades na distribuição de um bem tão valorizado: a educação escolar. Érnica e Batista (2012) constataram tal efeito. Suas pesquisas revelam a existência de uma correlação entre a variação dos níveis de vulnerabilidade social do território onde se localiza a escola e as oportu-

nidades educacionais oferecidas aos estudantes: quanto maiores os níveis de vulnerabilidade social do entorno do estabelecimento de ensino, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais por ele oferecidas. (ÉRNICA; BATISTA, 2012, p. 646).

Se, portanto, a qualidade do ensino não se distribui de forma equânime para todas as camadas da população, e, quando se observa alguma qualidade, o ambiente é de forte desigualdade‖ como aponta Soares (2001, p. 97), pode-se dizer que os entornos que se materializam em territórios vulneráveis colaboram com um perfil escolar de maior vulnerabilidade, influenciando negativamente o desempenho educacional do aluno. Essa segregação territorial e o afastamento dos bens sociais já escassos podem contribuir para a ocorrência de uma oferta educacional distante da qualidade almejada. Eis aí uma grave problemática, pois um dos meios considerados capazes de influir na mobilidade social, a escola, tende a reproduzir e aprofundar desigualdades culturais, sociais e econômicas àqueles que mais necessitam. Por fim, esses dados sinalizam que, embora o efeito de território não seja um fator determinante da trajetória escolar do aluno, traz sérias implicações à instituição de ensino, uma vez que pode torná-la produtora de desigualdades devido às adversidades do local em que se situa. (Fonseca, 2016, p.80)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre a Desigualdade e os impactos da pobreza na educação precisa ser uma constante. No dia-a-dia, no chão da escola, da escola pública e periférica, o contexto social dos nossos educandos, suas histórias, suas deficiências, seus déficits e consequentemente seus fracassos, nos aflige, incomoda, choca, frustra, mas também é fator motivacional para a realização de um trabalho transformador numa busca incessante, até mesmo utópica, por equidade.

Mais importante do que ter consciência deste impacto, e compreender que o sucesso e o fracasso dos educandos são determinados por muitos fatores e não apenas pelo esforço individual, que a pobreza não é uma questão moral, e é um risco naturalizá-la porque dessa forma se reproduz as desigualdades, é levar essa consciência para a prática, mudar o olhar para o aluno e mudar também as estratégias para que este aluno possa avançar, dentro dos limites da sua realidade, da sua condição, deixando de culpá-lo pelo suas dificuldades, trabalhando e suprindo as suas faltas (a falta de acolhimento familiar, a falta de estrutura, a falta de alimento, a falta de acesso a saúde, a falta de acesso à cultura, etc.).

É preciso romper com os discursos que naturalizam a pobreza, determinam um valor moral ao fracasso ou sucesso escolar e da trajetória social, reforçam os preconceitos, as desigualdades, além de ser fator que agrava e justifica a ausência de políticas públicas, de recursos e de investimentos. É necessário promover uma educação para a equidade, para a inclusão, uma educação fundamentada nos princípios de Paulo Freire, crítica, transformadora e libertadora.

Para tanto, é preciso desencadear um trabalho pedagógico voltado para a formação humana, que ultrapasse os limites conteudistas, que seja baseado no acolhimento, na afetividade, no trabalho com a autoestima dos educandos, na valorização dos seus repertórios, das suas narrativas, da sua cultura local, empoderá-los na busca por direitos, na luta contra o preconceito, abrindo caminho para que ocupem os espaços que lhes foram relegados. Levá-lo a compreensão do seu contexto histórico e social, o processo histórico que o constituiu até ali, que o levou àquele território e não a outro, apresentar-lhe as possibilidades que estão à sua disposição sem reduzí-lo às suas deficiências seja ela de qualquer natureza.

Nessa perspectiva, podemos concluir que, é necessário rompermos com os discursos que Naturalizam a Pobreza e a transformam numa questão moral, e ainda desconstruir o Mito da Meritocracia, é urgente que se faça nas comunidades, nas escolas, nas instituições de ensino de formação docente, esse exercício reflexivo acerca da desigualdade e da pobreza e de como o desempenho dos alunos da rede pública são impactados pela sua condição histórica e social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, M. G. Pobreza, Desigualdades e Educação. Módulo Introdutório do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Disponível em: http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html

. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o Currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

BATISTA, A. A. G.; RIBEIRO, V. M. (2004). Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. Educação e Realidade, Porto Alegre, jul/dez. 2004.

BATISTA, A. A. G.; CARVALHO-SILVA, H. H.. Família, escola, território vulnerável. São Paulo: CENPEC, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. Buenos Aires: Paidos, 2007. CECCON, C. & OLIVEIRA, M. D.; OLIVEIRA, R. D. A vida na escola e a escola da vida. 41ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CENPEC. Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole: síntese das conclusões. Fundação Tide Setúbal, CENPEC, Fundação Itaú Social, UNICEF, 2011.